

A CRISE CAPITALISTA E O ENDIVIDAMENTO EXTERNO E PÚBLICO DO MARANHÃO E O EMPOBRECIMENTO SOCIAL

José Menezes Gomes

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A CRISE CAPITALISTA E O ENDIVIDAMENTO EXTERNO E PÚBLICO DO MARANHÃO E O EMPOBRECIMENTO SOCIAL

Resumo: O presente texto visa analisar o processo de endividamento externo do Maranhão, desde 1972, sua conversão em dívida pública, fazendo uma conexão entre a crise de superprodução do início dos anos 70 e a expansão de um Sistema Monetário Internacional privado, chamado de Euromercado de moedas, que teve nos regimes militares na América Latina um campo fértil de sua atuação.

Palavras-chave: Crise capitalista, endividamento externo, empobrecimento social.

CAPITALIST CRISIS AND MARANHÃO'S EXTERNAL AND PUBLIC INDEBTEDNESS AND SOCIAL IMPOVERISHMENT

Abstracts: This paper intends to analyze the external debt of Maranhão, since 1972, its conversion into public debt, making a connection between the crisis of overproduction in the early '70s and the expansion of a private international monetary system, called Euromarket of currencies, which had in the military regimes in Latin America a fertile field for their actions.

Key words: Capitalist crisis, external indebtedness, social impoverishment.

Recebido em: 10.11.2011. Aprovado em: 16.06.2011.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto visa analisar o processo de endividamento externo do Maranhão, desde 1972, sua conversão em dívida pública, fazendo uma conexão entre a crise de superprodução do início dos anos 70 e a expansão de um Sistema Monetário Internacional privado, chamado de Euromercado de moedas, que teve nos regimes militares na América Latina um campo fértil de sua atuação.

Sendo assim, veremos a relação entre o Golpe Militar e a penetração do capital estrangeiro na economia brasileira, vindos da aliança entre a burguesia brasileira e a oligarquia financeira internacional e as oligarquias regionais, especialmente no Maranhão. O início deste processo se deu ainda dentro do chamado milagre brasileiro (1968 - 1973), fase de intensa repressão política, onde as oligarquias regionais buscavam afirmação como peça fundamental para dar as condições para a penetração do capital estrangeiro e nacional sobre novas fronteiras. Este processo de endividamento no maranhão serve para financiar obras para facilitar a implementação dos grandes projetos no Maranhão, juntamente com a doação das terras públicas aos grandes grupos capitalistas, e por sua vez a concentração fundiária e deslocamento dessa população para os centros urbanos.

2 O MARANHÃO COMO RECEPTOR DE CAPITAL INATIVO DO EUROMERCADO

O primeiro empréstimo externo contraído pelo Estado do Maranhão, segundo consta nas Resoluções do Senado Federal, que autorizavam empréstimos externos, ocorreu em 1972, no governo Pedro Neiva de Santana, no valor de US\$ 54.464.832,54 milhões, com a finalidade de complementação do programa rodoviário. Esse primeiro empréstimo ocorre um ano após o fim do Acordo de Bretton Woods e a explicitação da crise do dólar e a respectiva expansão do Euromercado de moedas. Em 1979, no governo João Castelo Ribeiro Gonçalves, tivemos o segundo empréstimo no valor de US\$ 125.434.159,78 (sem informação sobre o empréstador, sem a taxa de juros e sem prazo de amortização) destinados, segundo essa fonte, a projetos prioritários do Estado. Em 1980, tivemos o terceiro empréstimo no valor de US\$ 82.887.014,56 destinados à produção agropecuária. Nesse mesmo ano ocorreu o quarto empréstimo de mais US\$ 55.258.009,71 para a mesma destinação. Com isso, nesse

ano tivemos um total de US\$ 138.145.000,00. Em 1981, ocorreu o quinto empréstimo no valor de US\$ 75.136.303,71, destinados à finalidade rodoviária. Em 1983 ocorreu o sexto empréstimo de US\$ 34.286.596,39 para programa de investimentos (na planilha não há descrição do tipo de investimento). Em 1984, temos o sétimo empréstimo que atinge os US\$ 109.558.710,30, para o Plano de metas. Nesse mesmo ano aprova-se o oitavo empréstimo no valor de US\$ 241.029.162,66, para o Programa de investimentos (não há descrição dos investimentos). Em 1985, surge o nono empréstimo no valor de US\$ 116.370.492,57, para Programa rodoviário do Estado (segunda destinação para esse item).

3 O CARÁTER FINANCEIRO DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

Em 1986, no governo Luiz Alves Coelho Rocha, 14 anos após o início do processo de endividamento externo do Maranhão e de já ter acumulado US\$ 894.422.000,00 ou quase meio bilhão de dólares de dívida externa, temos uma mudança de finalidade dos empréstimos. Nesse ano temos o décimo empréstimo de US\$ 97.629.206,20, seguido do décimo primeiro empréstimo de US\$ 84.750.459,00, totalizando US\$ 182.379.000,00 no mesmo ano. Agora, os empréstimos destinam-se ao refinanciamento dessa dívida externa. Em apenas 7 anos a dívida teve nova expansão, em grande parte fruto da brutal elevação da taxa de juros implementada pelos EUA, visando retomar a competitividade dos títulos da dívida pública daquele país, quando chegou a 21% a.a. Como esses empréstimos foram contraídos com taxa de juros flutuantes praticadas no Euromercado de moedas, a elevação da taxa básica nos EUA elevou também a taxa LIBOR, em Londres. Em outras palavras, o estado do maranhão sofreu, também, grande impacto da política de combate a inflação e estabilização do dólar nos EUA e sua política de juros altos e de endividamento interno. A grande potencia imperialista ao buscar estabilizar sua economia provocou sequelas graves no Estado mais subdesenvolvido da federação.

4 O INÍCIO DOS EMPRÉSTIMOS MULTILATERAIS

A partir de 1994 temos uma mudança na fonte de financiamento. Se antes tínhamos emprestadores privados mediante garantias do

banco central, agora passamos a ter empréstimos vindos do Banco Mundial - BIRD ou de entidade multilateral. É bom lembrar que nas tomadas de empréstimos do Maranhão com os agentes privados, não estavam definidas as taxas de juros, os prazos de amortização e os nomes dos agentes emprestadores. O empréstimo de 1994 foi o décimo segundo, no valor de US\$ 121.358.819,16, com juros 0,5% acima do custo, com prazo de 10 anos para amortização destinados a Projetos de reabilitação e conservação de rodovias. Em 1998, o Maranhão tomou o décimo terceiro empréstimo no valor de US\$ 111.736.441,72, novamente do BIRD, com taxa de 0,5% acima do custo, com prazo de amortização de 15 anos, destinado ao combate combate a pobreza rural.

No final do anos 90 encerrase o processo de endividamento via cada unidade federativa, passando à União a exclusividade nessa forma de captação. De 1972 a 1988 o Maranhão tomou emprestado US\$ 1.381.786.153,53 (todos os valores foram atualizados pela inflação dos EUA). Durante a maior parte desse processo os empréstimos foram feitos com taxas de juros flutuantes, tendo em vista que a fonte destes empréstimos era o Euromercado de moedas. Tal fato, teve grande impacto sobre as contas públicas do Estado, acelerando o caráter financeiro da dívida. A partir de 1986 o volume de recursos vindos para o refinanciamento dessa dívida chegou a US\$ 182.379.000,00.

Além da falta de transparência na tomada de empréstimos e na alocação desses recursos, constatamos que as destinações descritas revelam que esses empréstimos foram feitos para dar sustentação aos grandes projetos, deixando de lado os investimentos sociais. Curiosamente, o último grande empréstimo feito pelo Estado tem como destinação o combate à pobreza rural. Isso indica que as políticas aqui implementadas impulsionaram o empobrecimento da população rural e urbana, assegurando o enriquecimento privado nesse Estado, enquanto explodiu o endividamento público.

O endividamento externo do Maranhão tem relação direta com o retorno da crise capitalista logo após o fim dos trinta gloriosos e crise fiscal e financeira do Estado capitalista, com a crise do padrão ouro e a expansão de um sistema monetário internacional privado sediado em Londres que expressava a expansão de uma pletora mundial de capitais. (GOMES, 2005). Tratava-se de um gigantesco volume de capital

inativo a procura de tomadores governamentais ou com garantias governamentais. A formação dessa pletora se devia à crescente fuga de capital da atividade produtiva motivada pela queda da taxa média de lucro, especialmente vinda dos EUA.

O processo de expansão do Euromercado de moedas pela América Latina foi bastante favorecido pela existência de governos militares por quase todo o continente, que buscavam se legitimar ao tentar imprimir um perfil desenvolvimentista.

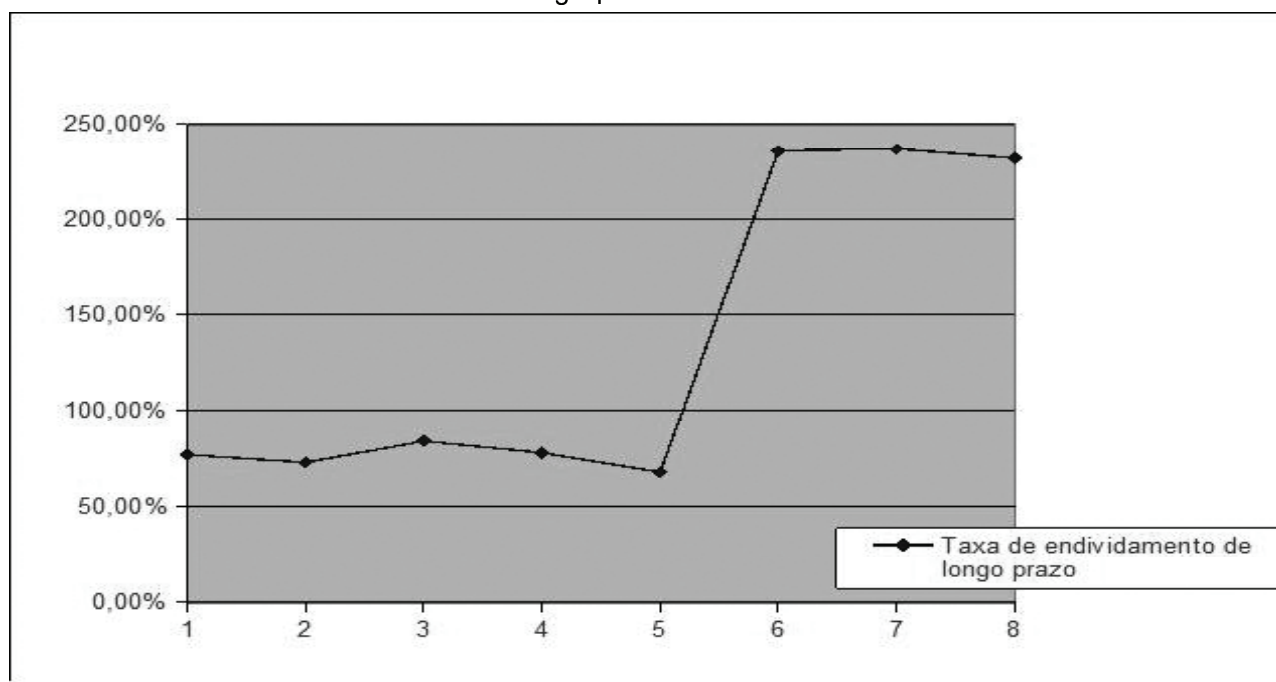
Esse processo de endividamento externo, depois convertido em dívida pública federal a partir de 1997, colocou o Estado do Maranhão na rota da mundialização das finanças, tendo os banqueiros e fundos de Pensão, nacionais e internacionais, como os grandes beneficiários da transferência de recursos vindos da produção diretamente para a esfera financeira.

Outra consequência desse processo foi a amplificação da crise fiscal e financeira do Estado do Maranhão com o comprometimento de crescente parcela da receita, que acabou por dificultar até mesmo a capacidade de financiamento desse Estado.

O endividamento externo dos estados e municípios vai estreitar os laços políticos entre as oligarquias regionais, apoiadoras do regime militar com a oligarquia financeira internacional, sediada em Londres. Ao mesmo tempo em que prepara as bases para os grandes projetos, especialmente para os grandes grupos estrangeiros, também foi impulsionada uma verdadeira entrega de terras públicas para grandes grupos nacionais e estrangeiros a partir de incentivos fiscais, o que acabou por expulsar um volume crescente de trabalhadores rurais. Vale destacar que nesse momento não tratamos do processo de endividamento público interno feito pelo Estado do Maranhão, especialmente via o Banco do Estado do Maranhão - BEM.

Torna-se fundamental importância a luta por uma auditoria da dívida externa do Maranhão, tendo em vista que nessa primeira análise do relatório do senado federal, referente à dívida externa do Maranhão, não sabemos quais as taxas contratadas, os prazos de amortização e, especialmente, quais os emprestadores, e quais suas reais destinações. É fundamental conhecermos a natureza desse endividamento externo porque poderá explicar parte do endividamento público atual e suas ligações com os problemas sociais nesse Estado.

Gráfico 1 – Taxa de endividamento de longo prazo 2000 a 2007



Fonte: Revista Universo Contábil, FURB, Blumenau, v. 6, n. 2, p.82-100, abr./jun., 2010.

Para Gomes (2005) o impacto da política dos juros altos implementada pelo EUA sobre a economia brasileira, pode ser percebido pelo levantamento do grupo Auditoria Cidadã da dívida¹, que descreve como a dívida efetivamente evoluiu e faz simulação sobre sua trajetória caso a taxa de juros tivesse se mantido em 6%, que vigorava antes. Nessa simulação, o que foi enviado para os credores desde então seria capaz de pagar toda a dívida em 1989, mesmo computando os empréstimos recebidos após 1978, o que levaria o país à condição de credor. Segundo este levantamento, de 1978 a 2002 os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa atingiram US\$ 684 bilhões (soma maior que o valor de US\$ 527 bilhões recebido em empréstimos). Tal fato não impediu que a dívida saltasse de US\$ 52,8 bilhões, em 1978, para US\$ 229 bilhões, em 2002. Com isso, o país pagou US\$ 157 bilhões a mais do que recebeu, significando transferência líquida de recursos para o exterior, e ainda assim a dívida se multiplicou por quase cinco.

Segundo Mandel (1990, p.284), o fato de a dívida ser lavrada em dólares permitiu que todos os tomadores de empréstimos ficassem sujeitos à política monetária dos Estados Unidos. Por esse motivo, a política de Reagan implicou a explosão das dívidas dos países subdesenvolvidos e o aumento das transferências de recursos para os países centrais. De acordo com dados do Banco Central, as dívidas da União, dos estados, dos municípios e das empresas estatais, somadas,

representavam 62% do PIB em agosto de 2002, motivadas em parte pela valorização de 20,54% do dólar.

5 CONCLUSÃO

De acordo com estudo elaborado pelo observatório de políticas públicas e lutas sociais da UFMA, as verbas relacionadas com educação e cultura, no período de 1988 a 2009, estiveram próximas dos 25% somente em 1990, com 22%, em 1992 com 21,43%, em 1993 com 24,89%, em 1994 com 26,13%, 1995 com 23,93%, em 1996 22,67%, em 2001 com 24,22%, em 2002 com 25,11%. Depois de ter chegado a 28,46%, em 2003, teve queda brusca em 2004 para 16,80% permanecendo em torno de 15% até 2008. Em vários momentos o volume de recursos se elevou apenas no ano que antecedia a eleição. Em outras palavras, a execução orçamentária revela que os 25% obrigatórios para a educação não foram aplicados na maior parte do período estudado. Nesse mesmo período foi registrado um declínio brutal dos gastos com saúde e saneamento de 2,88% em 1997, para 1,05% em 2000. Houve um crescimento depois de 2001, quando chegou a 8,09%. Em 2002 atingiu 12,81%. Já em 2003 baixou para 10,70%. Depois de uma nova queda em 2004, com 6,44%, voltou a crescer a 10,96% em 2006, mantendo-se próximo em 2007 com 10% e 13,79% em 2008. Destaca-se que em 1998 esse item correspondia a 10,20% da

receita total, chegando a 13,24% em 1989. Em outras palavras, o ajuste fiscal proposto é feito pela redução destas despesas. Tal fato está diretamente ligado à piora do Índice Desenvolvimento Humano IDH.

Ao mesmo tempo em que foram constatados crescentes cortes nas despesas de saúde e educação, verificamos um crescente comprometimento da Receita Corrente Líquida em torno de 12%, de acordo com os parâmetros de federalização da dívida pública estadual, ocorrido em 1997. Para o ano de 2010 estava previsto no orçamento do Estado o desembolso de R\$ 548 milhões para o serviço da dívida pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites de gastos com pessoal para assegurar o pagamento do serviço da dívida pública. Entretanto, mesmo com o pagamento deste gigantesco volume de recursos para o serviço da dívida, tivemos um crescimento do endividamento de longo prazo de 2000 a 2007, conforme o gráfico 1. O aprofundamento da crise capitalista ao mesmo tempo em que se amplia o repasse de dinheiro público para amenizar a crise no setor financeiro deixa claro que a saída encontrada pela classe dominante para contornar a crise, na fase anterior, a fez ainda mais amplificada e se converteu numa nova fonte do endividamento público, enquanto o estado capitalista se afasta ainda mais dos chamados gastos sociais.

O Estado do Maranhão, que de várias formas possibilitou as condições para os chamados grandes projetos, acabou se exaurindo como motor do desenvolvimento, tendo em vista que sua capacidade de financiamento foi reduzida, além de amplificada sua dependência das transferências da União, em parte devido a Lei Kandir, que desonera impostos dos produtos exportados.

Torna-se fundamental uma mobilização continental pelo não pagamento da dívida pública e pagamento da dívida social.

REFERÊNCIAS

GOMES, José M. **Acumulação de capital e plano de estabilização**: um estudo a partir da experiência de âncora cambial na América Latina nos anos 90. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

NOTA

¹ Extraído do Boletim da Coordenação da n. 6 17 de abril de 2003

José Menezes Gomes

Economista
Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)
Professor Associado I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: menezesgomes1@gmail.com
menezesgomes@uol.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Cidade Universitária, Av. dos portugueses, 1966, Bacanga
CEP: 65085-580